



## EDITORIAL

Nós já passamos da fase do alarmismo e das grandes discussões sobre se havia pessimismo ou não nas previsões científicas para o clima e para as condições de vida no planeta. Agora entramos na fase de administrar as consequências da longa redução da vida aos estreitos limites de certa ortodoxia econômica. Assim, a questão mais importante que o nosso século enfrenta é a de ou adaptar a vida social aos limites ambientais ou selecionar os que sobreviverão por meio de um gigantesco genocídio que, seguramente, será imputado à causas naturais ou divinas. Muitos desses fenômenos antecipados pela ciência já tem ocorrido em várias partes do mundo por conta de incidentes climáticos como furacões (nas Filipinas) e enchentes (na China), a perda de recursos hídricos substanciais no Brasil, mas no que toca à organização econômica das sociedades, tem se acentuado com o programa neoliberal, em todo o mundo, a segregação econômica e empobrecimento deliberado, afastando milhões de pessoas dos recursos naturais e de suas condições básicas de vida.

O problema ambiental se apresenta quando a ideologia que triunfou sobre as que queriam um mundo movido por um outro motor que não a exclusividade do lucro empresarial dominou todos os povos com sua lógica utilitária, com a apropriação dos bens comuns e codificou o direito para garantir as desigualdades, favorecendo as elites globais, que terão mais chances de sobreviver no interior de uma possível arca de Noé.

Entre o que sabemos que precisamos fazer e o que será possível fazer, há uma multidão de pessoas que já hoje vivem com a expectativa de um futuro sombrio. Seja pela debilitação econômica planejada e executada por governos que já não estão a serviço de seu povo, agora nem idealmente, seja por problemas concretos de acesso às condições elementares de vida em ambientes hostis.

A já anunciada tragédia humana por conta das mudanças climáticas promovidas por certa forma de comportamento econômico e social não surge, todavia, sozinha. Ela é acompanhada, não por coincidência, de uma propaganda ideológica muito eficiente e decisiva que trouxe ao mundo um clima político muito próximo daquele do final do século XIX, ressuscitando a defesa descarada do darwinismo social (como vemos em best-sellers mundiais, como o de Jordan Peterson), a natural primazia dos nobres e do “egoísmo ético” (como vemos nas sucessivas reedições do best-seller de



Ayn Rand), o negacionismo conveniente (que parece invocar alguma razão apenas por se situar na oposição ao bom senso), e o programa claramente antidemocrático e antimoderno do neoliberalismo (ao cassar, com o sequestro dos bens comuns e o poder de gestão política do povo sobre sua vida, que agora será decidida por novos senhores feudais, os CEOs).

É, todavia, neste quadro vital que a mais revolucionária das armas deve reaparecer: o otimismo insurgente. É esse otimismo ativo que justamente deverá, forçosamente, substituir o encanto do discurso da seleção natural, com seus elegantes arautos convencidos da própria superioridade, que pregam eficazmente que os ricos têm a primazia da vida, que os melhores é que terão acesso à proteção quando o modelo econômico não conseguir distribuir mais o preço da acomodação pelo consumo, que afirmam convictamente que povos inteiros terão carência dos bens básicos à vida encontrados em abundância no que antes era entendido como o território de sua nação, para alimentar as gordas elites mundiais muito bem protegidas sob as condições de um globalismo novo imperialista.

Há muito o que se fazer, portanto. A mobilização necessária que parta de uma compreensão clara do que está em jogo na vida dos povos e nações nas questões sociais, econômicas e ambientais, por vezes passa distante do turvo e desviante debate político doméstico. E o dever social do trabalho acadêmico começa com a qualificação do debate público em parâmetros rigorosos, por meio da promoção do debate científico, como é o que se propõe esta nova Revista de Direito Socioambiental, dirigida por brilhantes professores e professoras, que otimisticamente estabelecem mais um lugar muito promissor para o desenvolvimento do pensamento nacional.

Goiânia, 10 de junho de 2023.

João da Cruz Gonçalves Neto